



Manifesto do Cooperativismo da Agricultura Familiar para a COP 30

"Raízes fortes, clima justo, futuro sustentável: Cooperativas da agricultura familiar: protagonistas da transição justa"

Em um momento histórico de confluência entre o Ano Internacional das Cooperativas, a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) e os 20 anos da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), o presente manifesto é uma chamada à ação global em prol do fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar como pilar fundamental para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a promoção de um desenvolvimento rural justo, solidário e sustentável.

O Brasil tem assumido papel de destaque no âmbito da diplomacia climática e da construção de soluções sustentáveis, especialmente no contexto da organização da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em Belém do Pará. Este evento será um marco para o fortalecimento das vozes da agricultura familiar e dos povos da floresta, promovendo a inclusão social, a transição agroecológica e a soberania alimentar como respostas concretas à crise climática.

O modelo de negócio cooperativo foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um facilitador do desenvolvimento sustentável, sendo celebrado como tal no Ano Internacional das Cooperativas. De igual forma, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) reconheceu a relevância dos agricultores familiares para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituindo a Década da Agricultura Familiar. A UNICAFES, como organização representativa do cooperativismo da agricultura familiar no Brasil, reafirma seu compromisso com a implementação dos ODS em seus territórios de atuação.

Dados da Embrapa indicam que a agricultura familiar responde por 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupando 23% da área total e gerando cerca de 10% do PIB nacional. A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, desempenhando papel central na segurança alimentar e na gestão ambiental do território nacional. Segundo o IBGE, cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários na Amazônia são classificados como de agricultura familiar.

O cooperativismo é um instrumento essencial de organização econômica e produtiva das famílias agricultoras. De acordo com dados sistematizados pela UNICAFES e apresentados às instituições parceiras, o sistema UNICAFES representa hoje mais de 1.500 cooperativas e 1 milhão de famílias cooperadas em 21 estados brasileiros. As cooperativas promovem a inclusão produtiva, a geração de renda e a permanência das famílias no campo, além de fomentar processos de transição energética e agroecológica.

Estudo do IPEA (2023) evidencia que as cooperativas da agricultura familiar contribuem para a dinamização econômica regional, redução de desigualdades e

fortalecimento da sociobioeconomia, especialmente na Amazônia Legal. Mais de 85% dos municípios da Amazônia apresentam presença de cooperativas ou associações da agricultura familiar, com destaque para a produção extrativista sustentável.

A UNICAFES propõe, neste manifesto, que a COP 30 reconheça e valorize o papel das cooperativas da agricultura familiar como agentes da transição climática justa. As cooperativas são protagonistas em soluções como o acesso à energia solar, o beneficiamento de produtos da sociobioeconomia com baixa pegada de carbono, a restauração produtiva de biomas, e a geração de empregos verdes em territórios vulnerabilizados.

Reafirmamos também nosso compromisso com o Grupo de Sharm El-Sheikh sobre a Implementação da Agenda Climática na Agricultura, promovido no âmbito da UNFCCC, cujo objetivo é desenvolver políticas que integrem sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. As cooperativas da agricultura familiar brasileiras estão prontas para contribuir com conhecimento, experiências e boas práticas nessa construção coletiva.

A UNICAFES, ao celebrar duas décadas de atuação, reafirma sua missão de fortalecer um modelo cooperativo fundado na solidariedade, na sustentabilidade, na geração de renda e na transição para uma economia de baixo carbono. Que a COP 30 seja um marco para a construção de um novo paradigma rural, centrado nas pessoas, na floresta em pé e na vida com dignidade.

Sentimos orgulho do que somos e da força que brota da terra pelas mãos de quem cultiva o alimento com respeito à vida, à natureza e às comunidades. Somos a agricultura familiar brasileira — diversidade, resistência e inovação enraizadas em cada território. Mais do que preparados, estamos comprometidos em contribuir ativamente com um futuro mais sustentável, justo e inclusivo.

Que este seja um tempo histórico de encontros e convergências, em que parcerias se aprofundem, compromissos se tornem ação concreta e o cooperativismo da agricultura familiar siga como protagonista da transformação que o mundo tanto precisa. Queremos construir, junto com aliados em todo o planeta, um modelo de desenvolvimento que mantenha a floresta em pé, fortaleça economias locais e garanta dignidade para quem vive e produz no campo.

Convocamos governos, organismos internacionais e toda a sociedade a reconhecerem o cooperativismo da agricultura familiar como solução viva, eficaz e necessária diante da crise climática. Essa não é apenas uma luta ambiental — é uma chance concreta de transformar nossa realidade econômica, social e ambiental com base na cooperação, na justiça e na equidade.

Acreditamos, com todas as raízes do nosso trabalho, que é possível ir além dos limites estabelecidos, gerar impacto positivo e fazer florescer um futuro onde a esperança seja cultivada com ação, solidariedade e compromisso. É da terra que nasce o alimento. E é da união dos que a cultivam que nascerá um novo amanhã — mais verde, mais justo, mais humano.

Pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30:

1. Valorização dos Agricultores Familiares

- Reconhecimento da agricultura familiar como sujeito político e estratégico na agenda climática global, fundamental para a soberania e segurança alimentar dos povos.
 - Criação de políticas públicas e mecanismos de governança climática que assegurem a participação efetiva das organizações de agricultores familiares nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais.
 - Inclusão das cooperativas da agricultura familiar nos mecanismos oficiais da UNFCCC e do Grupo de Sharm El-Sheik, reconhecendo seu papel na implementação de soluções sustentáveis.
-

2. Acesso a Microcréditos para Famílias Cooperadas

- Estímulo à criação de fundos nacionais e internacionais de microcrédito climático voltados especificamente a famílias agricultoras organizadas em cooperativas.
 - Ampliação do acesso a instrumentos financeiros de baixo custo, com assistência técnica e capacitação integrada, para investimentos em práticas sustentáveis.
 - Parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito para viabilizar linhas de microcrédito verdes, com foco em produção agroecológica, tecnologias limpas e diversificação produtiva.
-

3. Modernização do Campo com Sustentabilidade

- Investimentos públicos e privados para modernização da produção com tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar, integrando inovação, digitalização, respeito à cultura local e sustentabilidade.
 - Fomento a sistemas de produção resilientes com foco em agricultura de precisão, energias renováveis, conectividade rural e acesso a mercados digitais.
-

4. Agricultura de Baixo Carbono

- Apoio à implementação de práticas de agroecologia, integração lavoura-pecuária-floresta, manejo sustentável de solos e recuperação de áreas degradadas.
- Reconhecimento da contribuição dos agricultores familiares para redução de emissões e sequestro de carbono, com incentivo à certificação e remuneração por serviços ambientais.

- Apoio técnico e financeiro para transição de modelos convencionais para sistemas agroecológicos e regenerativos.
-

5. Financiamento Climático

- Acesso direto das cooperativas da agricultura familiar a recursos de fundos climáticos multilaterais, como o Green Climate Fund (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).
 - Criação de mecanismos financeiros adaptados à escala e capacidade da agricultura familiar, com critérios simplificados, instrumentos de garantias solidárias e apoio institucional.
 - Cooperação internacional para mobilização de recursos voltados a iniciativas locais de baixo carbono, biodiversidade e inclusão socioeconômica.
-

6. Fortalecimento da Bioeconomia

- Apoio à cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor, rastreabilidade e comercialização dos produtos oriundos da floresta e dos territórios tradicionais.
 - Investimento em infraestrutura, inovação e governança territorial para as cooperativas que atuam com extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais e produtos da biodiversidade brasileira.
 - Valorização do conhecimento tradicional e dos saberes dos povos do campo, da floresta e das águas como parte da inteligência climática dos territórios.
-

7. Fomento à Transição Energética

- Ampliação do acesso das cooperativas da agricultura familiar a tecnologias de energia solar, biomassa, biogás e outras fontes limpas, com apoio técnico e linhas de crédito específicas.
 - Inclusão das cooperativas nos programas de transição energética justa e descentralizada, com prioridade para territórios vulnerabilizados.
 - Incentivo à geração distribuída e à autossuficiência energética nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar.
-

8. Adaptação e Mitigação de Riscos Climáticos

- Criação de programas territoriais de resiliência climática com protagonismo das cooperativas, envolvendo sistemas de alerta precoce, diversificação de culturas e práticas agroecológicas.

- Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque em adaptação climática, voltada à proteção da produção, da renda e da vida no campo.
 - Ampliação do acesso a seguros rurais climáticos e políticas de gestão de riscos integradas à lógica cooperativista.
-

9. Inclusão Socioprodutiva da Juventude e das Mulheres Rurais

- Reconhecimento da juventude rural e das mulheres agricultoras como atores estratégicos para a inovação, regeneração e continuidade da agricultura familiar.
- Criação de programas climáticos com prioridade para jovens e mulheres cooperados(as), com acesso diferenciado a crédito, formação, tecnologias sociais e espaços de decisão.
- Apoio à formação de lideranças jovens e femininas no cooperativismo, com enfoque em gestão sustentável, empreendedorismo e governança climática nos territórios.

Justificativa: O êxodo rural e a invisibilização das mulheres são fragilidades históricas da agricultura familiar. Sem políticas inclusivas, o campo perde vitalidade, diversidade e capacidade adaptativa.

10. Soberania e Segurança Alimentar como Pilares da Justiça Climática

- Inserção dos sistemas alimentares baseados na agricultura familiar no centro das negociações climáticas como estratégia de mitigação, adaptação e combate à fome.
- Criação de políticas públicas que protejam os circuitos curtos de comercialização e garantam acesso a alimentos saudáveis e produzidos localmente, mesmo diante de eventos climáticos extremos.
- Fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares locais, com incentivos à diversificação produtiva, estoques comunitários, circuitos territoriais de abastecimento e compras públicas.

Justificativa: A crise climática já impacta a produção de alimentos, o acesso a insumos e a renda de milhões de famílias. A soberania alimentar é uma resposta concreta e urgente à insegurança climática global.

11. Inclusão Digital e Inovação Tecnológica para o Clima

- Garantia de acesso à conectividade e inclusão digital nas comunidades rurais como base para a construção de políticas climáticas baseadas em dados, participação e transparência.

- Criação de infraestruturas e plataformas tecnológicas que conectem cooperativas familiares a mercados, programas de crédito climático, alertas de risco e cadeias logísticas inteligentes.
- Apoio à digitalização das cooperativas e uso de tecnologias de baixo custo (como apps de rastreabilidade, monitoramento climático e gestão agroecológica) para aprimorar práticas sustentáveis, garantir transparência e facilitar o acesso a financiamento verde.

Justificativa: A exclusão digital aprofunda desigualdades e limita a capacidade das cooperativas da agricultura familiar de acessar mercados, políticas e tecnologias. A transição climática exige inovação acessível, inclusiva e voltada às realidades do campo.